RBTCC Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva
e-ISSN: 1982-3541

ABPMC Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental

Utilizando o Go-IRAP para mensurar vieses raciais em policiais

Using Go-IRAP to measure racial bias in police officers

Usando Go-IRAP para medir el prejuicio racial en los oficiales de policía

RESUMO: O racismo é um fenômeno a respeito do qual se tem desenvolvido diversos estudos. O objetivo desse trabalho foi verificar a ocorrência de vieses raciais no campo da Segurança Pública. Participaram do estudo quinze Policiais Militares do município de Feira de Santana. Foram utilizados como instrumentos um questionário que aferiu se o participante compreendia o significado de palavras que seriam utilizadas no experimento e o *software* Go-IRAP desenvolvido para medir responder relacional implícito. O participante foi exposto a dois tipos de instrução: (1) Pró-brancos – *"Responda com palavras POSITIVAS PARA BRANCOS e palavras NEGATIVAS PARA NEGROS"*; e (2) Pró-negros – *"Responda com palavras POSITIVAS PARA NEGROS e palavras NEGATIVAS PARA BRANCOS."*. Após um tipo de instrução a tentativa era apresentada. Cada tentativa consistiu na apresentação de um rótulo escrito (e.g., Brancos são, Negros são) e um alvo escrito (e.g., palavras positivas ou negativas), que serviu como um complemento da frase rótulo. Também foram apresentadas duas opções de resposta: verdadeiro ou falso. Os resultados evidenciaram um viés pró-negro nos participantes da pesquisa. A pequena amostra de participantes dificultou as análises dos dados e conferiu pouca robustez às análises possíveis. Estimula-se que pesquisas futuras sejam realizadas nesse âmbito com amostras maiores.
Palavras-chaves: análise do comportamento; teoria dos quadros relacionais; polícia; racismo; IRAP.

ABSTRACT: Racism is a phenomenon about which several studies have been developed. This work aimed to verify the occurrence of racist bias in the field of Public Security. Fifteen military police officers from the city of Feira de Santana (Brazil) participated in the study. The instruments used were a questionnaire that measured if the participant knew the meaning of the words that would be used in the experi-

Autores(as)

Midiã de Souza Pereira[1]
Bruna Colombo dos Santos[1]*

[1] Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

Correspondente

* brucolombodossantos@gmail.com

Universidade Estadual de Feira de Santana, Av. Transnordestina, s/n, Novo Horizonte, 44036-900 – Feira de Santana - BA

Dados do Artigo

DOI: 10.31505/rbtcc.v22i1.1433

Recebido: 15 de Abril de 2020
Revisado: 21 de Setembro de 2020
Aprovado: 29 de Outubro de 2020

Como citar este documento

Pereira, M. S., Santos, B. C., (2020). Utilizando o Go-IRAP para mensurar vieses raciais em policiais. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1433

CC BY NC OPEN ACCESS

É permitido compartilhar e adaptar. Deve dar o crédito apropriado, não pode usar para fins comerciais.

ment and the Go-IRAP. The participant was exposed to instructions of two types (1) Pro-whites - "Respond with POSITIVE words for WHITE and NEGATIVE words for BLACK"; and (2) Pro-blacks - "Respond with POSITIVE words for BLACKS and NEGATIVE words for WHITE." After the instruction, the trial was presented. Each trial consisted of presenting a written model stimulus (e.g., whites are and blacks are) and a written target stimulus (e.g., positive ou negative word), which served as a complement to the model phrase. Two response options were also issued: true or false. The results showed a pro-Black bias for the research participants. The small sample of participants made it difficult to analyze the data and gave little robustness to the possible analyzes. Future research is encouraged in this area with larger samples.
Keywords: behavior analysis; Relational Frame Theory; police; racism; IRAP.

RESUMEN: El racismo es un fenómeno sobre el cual se han desarrollado varios estudios. El objetivo de este trabajo fue verificar la existencia de prejuicios raciales en el campo de la seguridad pública. Quince policías militares del municipio de Feira de Santana (Brasil) participaron del estudio. Los instrumentos utilizados fueron un cuestionario que evaluó si el participante entendía el significado de las palabras que se usarían en el experimento y un software Go-IRAP desarrollado para medir respuestas relacionales implícitas. El participante fue expuesto a instrucciones de dos tipos (1) Pro-blancos - "Responda con palabras POSITIVAS para BLANCO y NEGATIVAS para NEGRO"; y (2) Pro-negros - "Responda con palabras POSITIVAS para los NEGROS y palabras NEGATIVAS para los BLANCOS". Después de la instrucción, se presentó el intento. Cada intento consistió en presentar un modelo de estímulo escrito (e.g., blancos sanos, negros sanos) y un estímulo objetivo escrito (e.g., palabras positivas o palabras negativas), que sirvió como complemento a la frase modelo. También se emitieron dos opciones de respuesta: verdadero o falso. Los resultados mostraron un sesgo en favor de los negros en los participantes de la investigación. La pequeña muestra de participantes dificultó el análisis de los datos y dio poca robustez a los análisis posibles. Se alienta la investigación futura en esta área con muestras más grandes.
Palabras clave: análisis de la conducta; Teoría de los Marcos Relacionales; policía; racismo; IRAP.

O racismo pode ser compreendido como fenômeno que abarca concepções racialistas, desigualdades estruturais da sociedade e um conjunto de atitudes negativas, aprendidas culturalmente, que em geral, incluem conceber determinados grupos étnico-raciais como naturalmente subalternos e inferiores em seus aspectos morais, intelectuais e culturais (Guimarães, 1999; Nogueira, 2006; Zárate, 2009).

No Brasil, o racismo é dirigido a alguns grupos, como os negros, indígenas, asiáticos entre outros. Com relação a pessoas negras, historicamente, este fenômeno se manifestou, dentre outras formas, com o regime escravocrata, o desenvolvimento de pesquisas higienistas (tendo a psicologia contribuído fortemente enquanto saber científico) e com a formulação de resoluções e decretos de lei[1] (Masiero, 2005) para a exclusão e marginalização do negro da sociedade. Embora se tenha registro de algumas legislações[2] anteriores no país, apenas em 1988 surgem aparatos expressivos de caráter jurídico para combate ao racismo, como a Constituição Federal e a lei nº 7.716/89, na qual o

fenômeno é configurado como crime e de espécie inafiançável.

Tais leis constituíram um avanço significativo no âmbito constitucional, porém pouco impactaram as práticas culturalmente difundidas no país. O racismo adquiriu novos contornos, passando de uma conformação explícita, para se manifestar também, e sobretudo, de forma sutil nas micro e macro inserções (Nogueira, 1998; Zamora, 2012).

Nas macro inserções, as quais serão brevemente abordadas aqui, observa-se um mecanismo sistêmico, denominado de racismo institucional, que promove a manutenção de uma hierarquia racial através da exclusão de determinados grupos. Um de seus aspectos é negligenciar as vulnerabilidades aos quais os grupos estão expostos, encobrindo a necessidade de sanar condições desiguais e combater práticas racistas dentro das instituições (Kalckmann et al., 2007; López, 2012; Moore, 2007; Souza, 2011).

Há um alto índice de discriminação em setores como educação (Scholz et al., 2014), saúde (Kalckmann et al., 2007; López, 2012) e segurança pública (Barros, 2008; Oliveira & Martins, 2013; Reis, 2002), sendo os sujeitos negros reféns de um serviço precarizado e que culmina em uma expressiva taxa de mortalidade (Almeida, 2014). O Mapa da Violência, produzido pelo Instituto Sangari, revelou grande disparidade de assassinatos entre negros e não-negros e aumento da vitimização de negros ao longo dos anos. Em 2005 foram assassinados, proporcionalmente, 67,1% mais negros que brancos em todo país (Waiselfisz, 2011). Em 2014, a taxa subiu para 158,9% (Waiselfisz, 2016).

Ao passar para a esfera da Segurança Pública, os dados sobre mortes em defluência de ação policial apontam um cenário semelhante. Em 2017, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) revelou aumento de 892 mortes decorrentes de intervenção policial no ano de 2016, se comparado ao anterior. Nesse período (2015-2016), o FBSP, ao examinar 5.896 boletins de ocorrência por óbito derivados de ação policial, revelou que 99,3% dos mortos eram homens, 65,2% tinham entre 18 e 29 anos e 76,2% eram negros. Somado a isso, dados mais recentes (IPEA & FBSP, 2020) apontam que 75, 7% das vítimas de homicídio, de forma geral, são pessoas negras.

Pesquisas realizadas no Brasil averiguaram o racismo investigando, entre outros elementos, aquilo que compõe o perfil do "suspeito" da ação policial. Os estudos têm demonstrado que características fenotípicas de pessoas negras, como a cor, invariavelmente surgem como fatores importantes para a suspeição (Reis, 2002; Barros, 2008; Andrade, 2011; Souza & Reis, 2014).

Os dados das pesquisas supracitadas apontam que fora das normas institucionalizadas de atuação, os policiais emitem comportamentos de escolha de um suspeito com base em características da raça negra. Essas características provavelmente foram associadas culturalmente pelos policiais a determinados comportamentos (e.g., criminoso) ou valores (e.g., negativo ou suspeito). A pergunta que a psicologia deveria fazer é: como um indivíduo aprende essas relações entre características raciais e outros eventos? A Análise do Comportamento (AC) é uma das ciências que podem ajudar nessa compreensão.

A AC possui como ênfase o estudo do comportamento humano, partindo da concepção de que o comportamento é interação entre organismo e ambiente (Skinner, 1981). De modo simplificado, pode-se dizer que esta ciência investiga como as classes de respostas de um indivíduo são selecionadas e mantidas por suas consequências e como podem ficar sob controle contextual.

Os princípios comportamentais podem ser aplicados no estudo de fenômenos individuais e de grupo. No âmbito dos fenômenos e comportamentos socioculturais há produções di-

versas implicando a AC como modelo capaz de fornecer compreensões heurísticas relevantes (Andery et al., 2005; Guerin, 2009; Martone & Todorov, 2007), sendo possível, inclusive, encontrar formulações de unidades específicas de análises (e.g., metacontingências, responder relacional arbitrariamente aplicável) consoantes com os princípios desta ciência, que possibilitam o entendimento de alguns fenômenos. Entretanto, no que tange ao racismo, os estudos ainda são exíguos e se consideradas em âmbito nacional, as produções se tornam ainda mais escassas.

Mizael e de Rose (2017) buscaram traçar hipóteses sobre como a AC pode ser útil ao estudo do preconceito racial. Os autores interpretam o preconceito racial, com base em Guerin (1994), como uma atitude. De acordo com Guerin, atitudes podem ser compreendidas como comportamento verbal que é selecionado e mantido por consequências mediadas por uma comunidade verbal. Guerin atribui três funções para as atitudes: tato (descrever eventos privados ou outros eventos não verbais), mando (pondo em evidência uma consequência específica) e intraverbal (comportamento verbal que está sob controle de outro comportamento verbal).

Apoiados nessa interpretação, Mizael e de Rose (2017) apontam que o preconceito racial pode ser compreendido também como comportamento verbal com funções de tato, mando ou intraverbal. Essas funções podem ser explícitas na topografia da resposta verbal (e.g., pessoas negras não são confiáveis) ou implícitas, quando a topografia não revela claramente função. Mizael e de Rose utilizam contribuições do Paradigma de Equivalência de Estímulos e da Teoria das Molduras Relacionais, que investigam como relações verbais são aprendidas, se estabelecem e se generalizam, a fim de apresentar possibilidades de interpretação ao fenômeno.

O Paradigma de Equivalência de Estímulos, proposto por Sidman e Tailby (1982), investiga a aprendizagem de comportamentos simbólicos que não foram diretamente ensinados, mas que emergiram por estarem relacionados a estímulos diretamente ensinados. Mizael e de Rose (2017) utilizaram este paradigma para explicar a aprendizagem e transmissão (ensino) do preconceito racial, bem como fizeram referência também à Teoria das Molduras Relacionais (RFT) que, tal como o Paradigma de Equivalência, investiga aprendizagens indiretas e relações entre estímulos. Uma das principais diferenças entre essas teorias está no fato de a RFT investigar outras possibilidades de relações entre estímulos, que não só a de equivalência. Além desta, as funções podem ser também de oposição, diferença, comparação, hierarquia, espaço, tempo, causalidade ou de perspectiva (de Rose & Rabelo, 2012; Hayes et al., 2001; Perez et al., 2013).

Segundo a RFT, seres humanos aprendem a relacionar estímulos desde a infância e a base dessa aprendizagem está na abstração, isto é, no responder diferencial a um conjunto de estímulos que possuem uma única característica em comum (Perez et al., 2013). Este processo é possibilitado essencialmente pela comunidade verbal, pois é ela que consegue colocar o responder sobre o controle de uma única propriedade do estímulo. O comportamento de estabelecer relações arbitrárias ou o *responder relacional arbitrariamente aplicável* (RRAA) pode ser considerado como um operante abstrato cuja propriedade de controle conspícua é a relação entre dois ou mais eventos (Perez et al., 2013).

As relações são denominadas arbitrárias porque não se baseiam nas propriedades físicas dos estímulos. Apesar da história de reforçamento se iniciar pelas propriedades físicas dos objetos, ela se generaliza a outras propriedades e para relações convencionadas pela comunidade verbal. Um exemplo disso é o fato de narinas mais finas (frequentemente relacionadas a um perfil eurocêntrico branco) serem consideradas melhores que narinas mais largas (tipicamen-

te relacionadas à estética negra). Embora ambos os tipos de nariz desempenhem as mesmas funções, a concepção de beleza convencionada socialmente, condiciona o responder por hierarquização, colocando um em detrimento do outro. Tais aprendizagens não surgem instantaneamente, mas a partir de uma série de treinos relacionais que estabelecem funções bidirecionais entre dois estímulos, como é o caso dos diversos treinos de palavra-referente ensinados na infância (de Rose & Rabelo, 2012; Hayes et al., 2001; Perez et al., 2013).

O RRAA possui três propriedades: implicação mútua (e.g., se branco é o oposto de negro, negro é o oposto de branco); implicação combinatória (e.g., se branco é o oposto de negro e branco é bom, logo negro é ruim) e transformação de função (e.g., se branco é o oposto de preto e branco possui função reforçadora positiva, preto, por derivação, terá função aversiva). No entanto, o que vai determinar que propriedade será estabelecida é a *dica contextual*, ou seja, aquilo que sinaliza a relação a ser estabelecida (e.g., menor/maior que; antes/depois de; oposto/igual a). Essas dicas, fornecidas pela comunidade verbal, são capazes de evocar a resposta que se espera do ouvinte, na medida em que este já possui uma história de reforçamento que o permita responder diferencialmente de acordo com o contexto (Boavista, 2014; de Rose & Rabelo, 2012; Hayes et al., 2001; Perez et al., 2013).

A esse responder diferencial que é controlado contextualmente e produz padrões específicos de relações arbitrárias (RRAA), dá-se o nome de Moldura Relacional (Hayes et al., 2001; Perez et al., 2013). Em outras palavras, uma moldura faz referência a um conjunto circunscrito de estímulos que compartilham uma propriedade em comum e interagem bidirecionalmente entre si, a partir de uma dica contextual.

Diversos estudos foram produzidos dentro da perspectiva da RFT: ensino de relações arbitrárias entre estímulos, raciocínio lógico, tratamento de fobias e investigação de processos sociais (Boavista, 2014; Dawson et al., 2009; de Rose & Bortoloti, 2014; Drake et al., 2010; Perez, et al., 2017). Estes têm sido operacionalizados por meio de alguns instrumentos, dentre eles, o IRAP (versão mais atual, GO-IRAP), *software* de avaliação implícita que provê uma mensuração através da acurácia e latência das respostas dos participantes (Boavista, 2014; de Rose & Bortoloti, 2014; Hussey et al., 2015; Mckenna et al., 2007).

As tentativas no GO-IRAP geralmente estabelecem critério de tempo e acurácia de resposta, delimitados em 2000ms e >80% respectivamente, por bloco. Esses critérios permitem a realização da tarefa, mas exigem do participante a emissão de uma resposta com rapidez (Barnes-Holmes et al., 2010). Além disso, as tentativas também são construídas de modo a apresentarem duas dicas contextuais opostas, sendo uma consistente e a outra inconsistente com a suposta história de vida e aprendizagem do sujeito.

A diferença contrastante entre as dicas possibilita a comparação da acurácia e latência das respostas nos diferentes contextos, e essa diferença é transformada em uma medida, o D-*score* ou D-IRAP *score*[3]. O D-score tende a ser menor nos contextos consistentes que nos contextos inconsistentes, uma vez que tendemos a responder mais rapidamente à dicas que estão de acordo com nossa história de aprendizagem (Mckenna et al., 2007). Dessa forma o instrumento consegue também capturar vieses, que por vezes são de difícil mensuração por instrumentos explícitos (como questionários e entrevistas), devido a facilidade de manipulação que possuem.

No âmbito racial, pesquisas foram feitas utilizando o instrumento. Barnes-Holmes et al. (2010) realizaram estudo com cidadãos irlandeses brancos, composto por dois experimentos. O primeiro experimento avaliou se o contexto (público ou privado) do teste influenciaria

os resultados no IRAP. Trinta e um participantes foram divididos em contextos de avaliação pública (16 participantes) e avaliação privada (15 participantes) e foram incumbidos de classificar fotografias de homens brancos e negros, ambos segurando armas, como "seguro" ou "perigoso", clicando nas palavras "SAFE" ou "DANGEROUS" apresentadas abaixo da figura na tela de um computador.

Os participantes do contexto público leram uma declaração informando-os que realizariam um experimento computadorizado onde seu viés racial e suas pontuações no teste seriam analisadas pelo pesquisador. Além disso, os participantes se identificavam nos instrumentos de mensuração explicita que responderam e o pesquisador permaneceu com o participante durante toda realização da pesquisa. No contexto privado, o pesquisador se retirou da sala durante a pesquisa e os participantes foram informados que seus dados permaneceriam confidenciais e as pontuações dos testes não seriam avaliados.

Os resultados obtidos com o IRAP, demonstraram forte predileção a relacionar homens brancos segurando armas com a palavra "Seguro" e homens negros segurando armas com a palavra "Perigoso", em ambos contextos. Dessa forma, conseguiu-se observar a presença de vieses pró-branco e anti-negro, embora a manipulação contextual, não tenha sido significativa para o resultado. No segundo experimento, 19 participantes concluíram todas as etapas em um único contexto, o público. A principal diferença com relação ao experimento 1 foi o critério de latência da resposta no IRAP, que mudou de 3000ms para 2000ms. Essa mudança aumentou o nível de viés racial na relação "homem-negro-perigoso", confirmando a hipótese de que o aumento da automatização na resposta pode ser capaz de melhor evidenciar os vieses raciais no IRAP.

Power (2010) também avaliou a utilidade do IRAP na mensuração de vieses raciais. Seu estudo foi realizado na Irlanda, sendo composto por sete experimentos, dos quais apenas o primeiro será descrito. Neste experimento as variáveis de contexto público *versus* privado foram manipuladas, com o mesmo objetivo de Barnes-Holmes et al. (2010). Participaram 42 pessoas (21 em cada contexto), cuja tarefa era classificar pessoas brancas e negras de forma positiva ou negativa. Para tanto, utilizou-se os rótulos ("*I think BLACK people are*" - *"Eu acho que pessoas NEGRAS são"* ou "*I think WHITE people are*"- "Eu acho que pessoas BRANCAS são") e os alvos (Friendly-Amigável, Honest-Honesto, Hardworking-Trabalhador, Peaceful-Pacífico, Good-Bom, Clever-Esperto, Hostile-Hostil, Deceitful-Traiçoeiro, Lazy-Preguiçoso, Violent-Violento, Bad-Ruim ou Stupid-Estúpido) para que o participante confirmasse ou não as relações, pressionando verdadeiro ou falso.

Os critérios foram de >80% de acurácia e <3000ms de latência, por bloco. Os resultados mostraram que, novamente, o IRAP não foi sensível à manipulação contextual e que esse estudo não foi capaz de prover evidência de vieses racistas, visto que todos os D-IRAP scores foram positivos e não diferiram estatisticamente de zero (Power, 2010).

Power et al. (2017) investigaram vieses raciais através do IRAP em 34 participantes, 18 brancos e 16 negros nigerianos, todos residentes na Irlanda. Nesse estudo, o critério de latência do IRAP diminuiu para ≤2000ms e o IRAP foi avaliado para a capacidade de apresentar validade de *known-group*[4].

Os resultados de Power et al. (2017) apontaram que os participantes negros obtiveram D-scores significativos nas relações *"branco-positivo-verdadeiro"; "negro-positivo-verdadeiro"; "negro-negativo-falso"*, demonstrando um viés *pró* para ambas as raças. Já os participantes brancos tiveram D-scores significativos nas relações *"branco-positivo-verdadeiro"* e *"negro-negativo-verdadeiro"*, apresentando viés pró-branco e anti-negro. Assim, a autora

concluiu que o IRAP foi capaz de fornecer validade preditiva.

Além dos trabalhos descritos anteriormente, outros utilizaram o IRAP para investigar vieses raciais conforme apontam Mizael e Almeida (2019)[5]. No Brasil, foram encontradas[6] três pesquisas utilizando o IRAP de raça. As pesquisas desenvolvidas foram aplicadas tanto em crianças (Castelli, 2016; Mizael, 2016), como em adultos (Jardim, 2018), com o objetivo de identificar vieses raciais (Castelli, 2016; Jardim, 2018) ou analisar o efeito de intervenções realizadas com outros instrumentos (Castelli, 2016; Jardim, 2018; Mizael, 2016). Como resultados as pesquisas apontaram dificuldades dos participantes para alcance dos critérios utilizados (Castelli, 2016), sinalizando também que apesar dos indícios de alta consistência interna no IRAP, ele pode não ter sido sensível à captura dos vieses dos participantes (Mizael, 2016), apresentando, em alguns momentos, resultados variados e distinto do esperado (Jardim, 2018).

Os dados apresentados indicam capacidade relevante do IRAP na captura de viés racial. Embora tenham sido encontrados estudos no Brasil com IRAP de raça, nenhum utilizou o instrumento constituído apenas com estímulos escritos ou no âmbito da segurança pública. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi investigar vieses raciais em policiais alocados no município de Feira de Santana/BA, através da análise do responder relacional, utilizando o IRAP (em sua versão Go-IRAP).

Método

Participantes

Participaram do estudo 15 policiais militares (PM) do município de Feira de Santana, Bahia. Não foi oferecido nenhum tipo de incentivo para participação e esta se deu por critério de conveniência, utilizando também a amostragem por bola de neve. A pesquisadora, com a permissão do responsável pela instituição, se dirigiu até esta, convidando os profissionais presentes a realizarem o estudo. A partir daqueles que aceitaram realizar a pesquisa, novos participantes foram indicados, contactados e convidados a participar.

Os participantes foram selecionados a partir dos seguintes critérios: (1) anuir com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); (2) estar em exercício profissional; (3) obter >90% de acerto no *Questionário de Conceituação*; e (4) alcançar critério de acurácia e latência na fase de prática do Go-IRAP. Em razão do critério 4, os dados de quatro participantes foram excluídos da análise, pois não atingiram os critérios de latência e acurácia. Parâmetros como faixa etária, sexo, raça/cor, patente ou tipo de serviço policial não foram utilizados como critério para participação no estudo, servindo apenas como dados sociodemográficos. Este trabalho foi aprovado pelo comitê de Ética da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) (Parecer 3.153.851).

A Tabela 1 mostra os dados sócio demográficos dos onze participantes, cujos dados foram utilizados.

Dos onze participantes, quatro eram do sexo feminino e sete do masculino, de idades entre 23 e 49 anos (média de 35 anos), com tempo de serviço na PM que variou entre 04 e 19 anos (média de 11,3 anos). Quatro declararam raça/cor negra, três parda, dois se declaram brancos, e dois declararam raça "humana"[7]. Com relação ao tipo de serviço desempenhado pelos participantes, três atuavam no setor administrativo, quatro em viaturas e quatro em viatura e administrativo. Quanto às patentes, três declararam ser cabos, sete soldados e um capitão, todos da Polícia Militar.

Local e materiais

A coleta de dados foi realizada inicialmente em uma sala da Companhia Militar e posterior-

mente no PAT 05, sala 51 da UEFS. Ambos os espaços podem ser descritos como ambientes privados e silenciosos, equipados com mesa, cadeiras e notebook. A mudança de locais se deu devido à impossibilidade de continuação da pesquisa no espaço físico da Companhia, por questões de mudanças administrativas.

Tabela 1

Dados Sociodemográficos dos participantes

Idade	Sexo	Escolaridade	Raça/cor	Função na PM	Setor de trabalho	Tempo de serviço
49	M	EMC	Negra	Cabo	Viatura/Adm	19
36	F	SC	Branca	Cabo	Viatura/Adm	16
36	M	SC	ND	Soldado	Viatura	04
39	F	EMC	Negra	Cabo	Adm	19
36	M	SC	Negra	Capitão	Viatura/Adm	13
34	M	SI	Parda	Soldado	Viatura/Adm	08
31	M	SC	Branca	Soldado	Adm	09
23	M	SI	Parda	Soldado	Viatura	05
29	F	EMC	Negra	Soldado	Adm	ND
40	M	SC	ND	Soldado	Viatura	10
32	M	EMI	Parda	Soldado	Viatura	10

Nota. SC= Superior Completo; SI= Superior Incompleto; EMC= Ensino Médio Completo; EMI= Ensino médio incompleto; Adm= administração; ND= não declarado.

Foram utilizados como materiais: (1) folha A4, onde o guia de orientação e o Questionário de conceituação foram impressos; (2) computador, Positivo UNIQUE s1991 (Intel® Celeron 847), utilizado para tarefa no GO-IRAP. Somente as teclas necessárias para resposta (barra de espaço, letras 'k' e 'd') estavam disponíveis ao participante.

Instrumentos

Foram utilizados na pesquisa: (1) Ficha Sociodemográfica; (2) Questionário de Conceituação (Apêndice A); (3) Guia de Orientação (Apêndice B); (4) *software GO-IRAP*;

A Ficha Sociodemográfica continha informações sobre sexo, idade, cor/raça, escolaridade, patente, anos de trabalho na PM, outras profissões exercidas e realização de cursos (técnico ou superior) e teve por objetivo delinear o perfil dos participantes e enriquecer a análise de dados. O Questionário de Conceituação, construído pela pesquisadora, foi utilizado para verificar se os participantes tinham familiaridade com as palavras presentes no Go-IRAP. Assim, foi apresentada uma palavra presente no *software* e os participantes tinham que assinalar a única alternativa verdadeira, dentre três, que contivesse o significado apropriado. Com isso, foi possível minimizar o enviesamento de dados por elementos não-raciais, verificando o quanto os participantes conheciam as palavras usadas no Go-IRAP.

O guia de orientação é um roteiro explicativo de como proceder no Go-IRAP utilizado para minimizar possíveis interferências que a variação de explicações orais pode ocasionar. Ele foi composto por uma apresentação geral do *software,* incluindo: nome; elementos que o compõe (e.g., regra de comando, frase, atributos); passo a passo de como realizar o experimento; critérios de performance a serem alcançados; teclas utilizadas ('d'ou 'k') para prover resposta; e como proceder ao final do experimento. Além disso, o roteiro também explicitou a acurácia e latência das respostas como elementos importantes para o desempenho.

O *software* GO-IRAP (programado em Visual Basic 6) é um instrumento de avaliação computadorizado que permite avaliar as associações entre estímulos, de acordo com uma regra. Tal mensuração é feita através da latência e acurácia das respostas. Dado que os estímulos precisam ser selecionados sob uma regra foi

apresentada uma instrução na tela inicial antes da apresentação dos estímulos.

A instrução foi de dois tipos: (1) Pró-brancos – *"Responda com palavras POSITIVAS PARA BRANCOS e palavras NEGATIVAS PARA NEGROS"*; e (2) Pró-negros – *"Responda com palavras POSITIVAS PARA NEGROS e palavras NEGATIVAS PARA BRANCOS."*. Após a instrução a tentativa era apresentada. Cada tentativa consistiu na apresentação de um rótulo escrito (e.g., Brancos são, Negros são) e um alvo escrito, que serviu como um complemento da frase de rótulo. Dessa forma, foram apresentados seis alvos positivos (honestos, confiáveis, amigáveis, bondosos, esforçados e inofensivos) e seis negativos (suspeitos, meliantes, desonestos, cruéis, agressivos e preguiçosos). Também foram apresentadas duas opções de resposta: verdadeiro ou falso, que mudavam de posição na tela, ora na esquerda, ora na direita. A tarefa do participante foi selecionar uma destas opções utilizando as teclas 'd' e 'k' do teclado de acordo com a instrução dada na tela inicial. Caso o participante provesse uma resposta errada, um "X" vermelho era apresentado e outra associação só surgia mediante a resposta correta. A partir das combinações entre rótulo ("brancos são" ou "negros são") e os alvos (atributos positivos ou negativos), o IRAP gera 4 tipos de tentativas: (1) branco-positivo; (2) branco-negativo; (3) negro-positivo; (4) negro-negativo (ver Figura 1).

O Microsoft Excel (versão 2019) foi utilizado para visualização, tabulação e cálculo dos dados gerados pelo GO-IRAP.

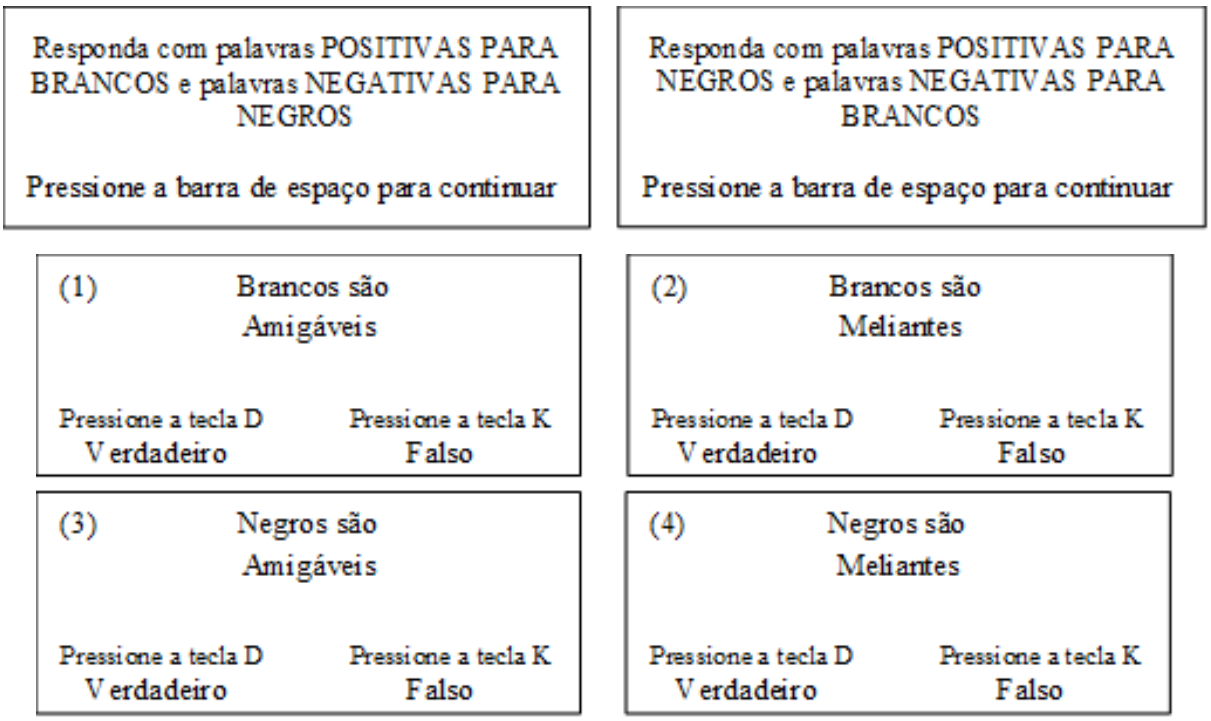

Figura 1. Representação diagramática das duas possibilidades de tela inicial antes do início de um bloco de tentativas e quatro tipos de tentativas do IRAP. Os tipos são identificados como: (1) branco-positivo; (2) branco-negativo; (3) negro-positivo; (4) negro- negativo.

Procedimento

A pesquisa teve quatro etapas: (1) Assinatura do TCLE; (2) Preenchimento e avaliação do Questionário de Conceituação; (3) Apresentação do Guia de Orientação; (4) Aplicação do GO-IRAP; e (5) Análise dos dados obtidos. Os participantes levaram em média de 45 a 50 mi-

nutos para completar a pesquisa, sendo cerca de 20 a 30 minutos despendidos no GO-IRAP.

Assim que colhida assinatura do TCLE, os participantes receberam o Questionário de Conceituação, responderam e devolveram à pesquisadora para correção e observação do critério de 90% de acerto (caso o parâmetro não fosse atendido, o participante seria agradecido e dispensado da pesquisa). Se atendido o critério, os participantes recebiam o Guia de Orientação, sendo orientados a lê-lo com atenção até se certificar de que compreenderam as instruções. Somente após essas etapas, eram solicitados a preencher os dados sociodemográficos e dava-se início à tarefa no Go-IRAP. Assim que os participantes se declaravam aptos para realizar o teste, a pesquisadora iniciava o *software* e permanecia atrás do participante até o fim do experimento. A pesquisadora é negra e identifica-se com o gênero feminino. A pesquisadora decidiu permanecer na sala durante a coleta de dados porque não era uma sala espelhada, logo se houvesse algum problema com o computador ou *software*, o participante teria que sair do local para chamar a experimentadora.

As tentativas no Go-IRAP se iniciaram com uma instrução (conforme Figura 1). Após lê-la o participante pressionava a barra de espaço e dava início ao bloco de tentativas. Foram utilizados no experimento 6 blocos de teste e máximo de 6 blocos de treino. Em cada bloco, de treino e teste, foi apresentada uma combinação de um rótulo com um dos seis alvos, e cada combinação se repetiu aleatoriamente duas vezes, totalizando 24 combinações por bloco. Nos blocos de treino, que tinham o objetivo de familiarizar o participante à tentativa, o desempenho do participante não gerava D-score, mas gerava dados de acurácia e latência que serviram de critério para continuação na pesquisa. Esses critérios foram de >80% de acurácia e ≤2000ms de latência, por bloco e, ao final de cada bloco, de treino e teste, o Go-IRAP ofertava aos participantes *feedback* do desempenho nesses critérios por bloco. O *feedback* continha por escrito: (1) o desempenho de acertos (acurácia) e tempo (latência) do participante; (2) as metas de pontuação (os critérios estabelecidos) que ele deveria alcançar; (3) a frase "continue respondendo com a maior precisão e rapidez que você puder" 4) e a instrução de como prosseguir no teste ("pressione a barra de espaço para continuar").

Assim que esses critérios eram alcançados em um bloco sob regra consistente e um bloco sob regra inconsistente, de forma consecutiva, o *software* encerrava o bloco de treino e iniciava automaticamente os blocos de teste, onde eram gerados os D-scores. Nos casos em que não se alcançou estes critérios após 4 blocos de treino, o experimento foi encerrado automaticamente e a pesquisadora agradeceu a participação do participante. Esses dados foram excluídos. Nos blocos de teste, não houve critérios de performance para prosseguimento no estudo, entretanto, se durante a análise de dados algum dado ficasse abaixo de 80% de acurácia, seria excluído.

Os blocos de tentativas, tanto de teste como de treino, que eram precedidos de instrução pró-branco ("*Responda com palavras POSITIVAS PARA BRANCOS e palavras NEGATIVAS PARA NEGROS*") tinham como relações corretas: Branco–positivo–verdadeiro; Negro–positivo–falso; Branco–negativo–falso; Negro–negativo–verdadeiro. Quando precedidos da instrução pró-negro ("*Responda com palavras POSITIVAS PARA NEGROS e palavras NEGATIVAS PARA BRANCOS.*") as relações corretas eram: Branco–positivo–falso; Negro–positivo–verdadeiro; Branco–negativo–verdadeiro; Negro–negativo–falso. Caso o participante respondesse corretamente, outra associação de palavras era apresentada na tela e assim sucessivamente. Como já mencionado, se respondesse incorretamente, um "X" vermelho era apresentado até a resposta correta ser fornecida. Ao longo dos blocos a instrução se invertia para que o *software* con-

seguisse mensurar a latência das respostas para ambas as regras, gerando D-scores relacionais pró e anti-branco e pró e anti-negro. Concluídas as tentativas, os dados foram armazenados automaticamente pelo software, não podendo ser alterados pelo participante.

Resultados

Todos os participantes obtiveram acima de 90% de acerto no questionário de conceituação. Os dados coletados no GO-IRAP foram analisados a partir do cálculo do D IRAP score (ou D-score), gerado pelo *software*. Latências maiores que 2000ms não foram calculadas e, consequentemente, o D-score não foi gerado.

O cálculo foi feito a partir da diferença entre o tempo médio de latência para a primeira resposta correta em cada um dos blocos (consistentes e inconsistentes) dividido pelo desvio padrão de todas as latências apresentadas nestes blocos. Assim o conceito do D-score foi aplicado em cada tipo de tentativa (branco-positivo; branco-negativo; negro-positivo; negro-negativo; Hussey, Thompson, et al., 2015). Caso os participantes demonstrassem viés pró-branco, o D-score médio na tentativa branco-positivo deveria ser positivo. No caso de viés anti-branco, o D-score médio na tentativa branco negativo deveria ser negativo. Se os participantes demonstrassem viés pró-negro, o D-score médio na tentativa negro-positivo deveria ser negativo. No caso de viés anti-negro, o D-score médio na tentativa negro-negativo deveria ser positivo. Todos os D-scores deveriam ser significativamente diferente de zero.

Quatro dos 15 participantes tiveram os dados excluídos por não atingirem critério de latência menor que 2000ms nos blocos de treino do GO-IRAP. Os demais participantes alcançaram critério nos blocos de treino e mantiveram, nos blocos de teste, latência igual ou inferior a 2000ms e 80% de acurácia (único critério aplicado nos blocos de teste). Assim, a amostra final foi de onze participantes.

A Figura 2 mostra os D-scores médios de todos os participantes, em que as barras sinalizam a média das pontuações em cada tipo de tentativa no GO-IRAP (*branco-positivo; branco-negativo; negro-positivo; negro-negativo)* e os traços no centro das barras apresentam o erro padrão dos dados analisados.

Observa-se que a tentativa branco-positivo obteve um D-score médio de aproximadamente -0,070. No tipo de tentativa branco-negativo, o D-score médio foi de 0,024. Isso significa dizer que no tipo de tentativa branco-positivo, os participantes responderam mais rapidamente para "falso", assim como responderam mais rapidamente para "falso" no tipo de tentativa branco-negativo.

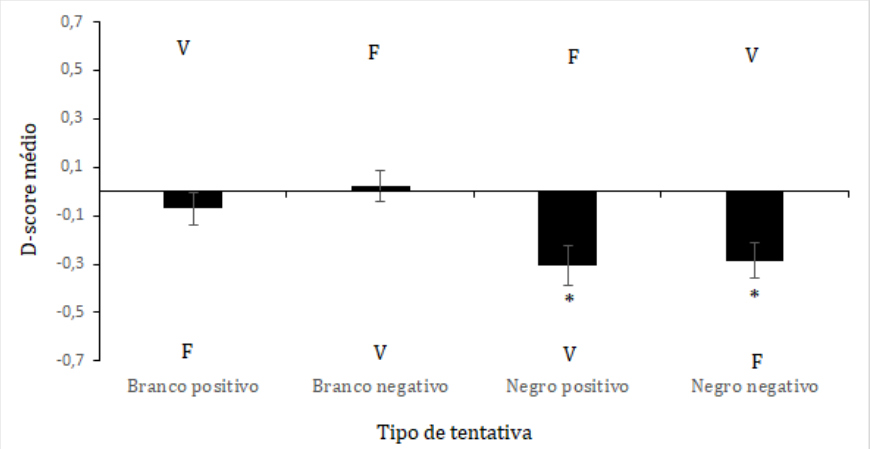

Figura 2. D-score médio por tipo de tentativa. As letras F e V referem-se, respectivamente, a "falso" e "verdadeiro". O asterisco (*) representa as tentativas que foram estatisticamente diferentes de zero.

No tipo de tentativa negro-positivo, o D-score médio correspondeu a aproximadamente -0,305 e no tipo de tentativa negro-negativo, as pontuações médias foram de aproximadamente -0,285. Isto demonstra que no tipo de tentativa negro-positivo os participantes responderam mais rápido para "verdadeiro", e no tipo de tentativa negro-negativo, responderam mais rapidamente para "falso".

Uma vez que os D-scores obtidos adquirem maior significância à medida que se afastam de zero, foi realizado o teste *t* de *student*[8] para uma amostra, a fim de verificar o quanto os scores obtidos diferiam de zero. O teste *t* revelou que as tentativas do tipo "Branco" não possuem valores significativamente diferente de zero, tendo branco-positivo e branco negativo apresentado valores de $p>0,05$ (branco--positivo: p=0,1 e branco-negativo: p=0,3). Os tipos de tentativa negro-positivo e negro-negativo tiveram valores de $p<0,05$ (negro-positivo com $p\cong0,002$ e negro-negativo com $p\cong0,002$). Sendo assim, houve presença de viés relevante nesses tipos de tentativas. Isso significa dizer que os participantes apresentaram um tipo de viés pró-negro.

Discussão

O objetivo desta pesquisa foi investigar a presença de viés racial em policiais militares. Os resultados apontaram para a presença de vieses pró-negro entre os participantes, diferindo de estudos anteriores utilizando um IRAP de raça composto por frases e aplicado em populações com suposto índice de preconceito racial (Power, 2010; Power et al., 2017).

Power (2010) não encontrou vieses raciais através do IRAP. Todos os D-scores obtidos apontaram vieses positivo tanto nas tentativas "branco" quanto nas tentativas "negro" e a magnitude desses D-scores não foi significativamente diferente entre os tipos de tentativa. Power et al. (2017), por outro lado, obteve vieses significativos. Todas as tentativas do tipo "branco" e a tentativa "negro-positivo", tiveram viés positivo tanto para participantes brancos, quanto para participantes negros. Contudo, o tipo de tentativa "negro-negativo" apresentou viés negativo relativamente forte por parte dos participantes brancos, ou seja, eles responderam mais rapidamente para a relação "negro-negativo-verdadeiro".

Nesse estudo, com o rótulo "branco" não se observou viés significativo, embora os D-scores apontem para a relação "branco-positivo--falso" e "branco-negativo-falso", eles não diferiram estatisticamente de zero. Nos tipos de tentativa negro, entretanto, foram observados vieses positivos. Os D-scores apontaram que os participantes responderam mais rapidamente às relações "negro-positivo-verdadeiro" e "negro--negativo-falso". Quando submetidos ao teste *t*, estes D-scores, em ambas as tentativas, mostraram-se estatisticamente diferentes de zero, sinalizando um viés pró-negro nos participantes dessa pesquisa.

Hipotetiza- se que alguns fatores podem ter influenciado esse resultado, como o número da amostra, definição do objeto de pesquisa para o participante, presença e raça da pesquisadora e forma de recrutamento dos participantes. Com relação à amostra, esse estudo contou com 11 dados válidos, o que reduz as possibilidades de análises comparativas (e.g.: comparação de D-score por nível de escolaridade, raça gênero etc.), devido a pequena amostra de participantes.

Quanto objeto da pesquisa, é importante que seja esclarecido de forma mais acurada possível ao participante, uma vez que o controle contextual que a dica pode exercer é muito sutil. O guia de orientação apresentado ao participante, bem como a tarefa no *software* continha instruções que expressavam os rótulos enquanto "brancos" e "negros" (e.g.: branco são; negros são). Especificar que se está falando de *pessoas* negras/brancas pode ser relevante para o contexto. Embora fique subentendido

que se trata de *pessoas* brancas e negras, quanto mais explícita a dica contextual for, melhor será o seu controle no tipo de resposta a ser evocada. Nesse sentido, é importante avaliar também outros instrumentos de possível influência, como o TCLE, que descreve a pesquisa[9] e seu objetivo[10] para o participante. Nesse estudo, o título ou objetivos descritos não fizeram menção à mensuração de preconceito racial ou racismo, de forma que não se acredita que estes tenham sido variáveis relevantes ao desempenho dos participantes.

No entanto, outras variáveis importantes a serem consideradas são a presença da pesquisadora durante a realização do experimento e a forma de seleção dos participantes. Neste estudo, a pesquisadora permaneceu atrás do participante durante todas as etapas da pesquisa. Além disso, vale salientar que a pesquisadora em questão é negra, elemento também hipotetizado como possível influenciador por Jardim (2018). Pode-se supor que essas variáveis tiveram efeito sobre as respostas dos participantes, entretanto, no presente estudo não foi possível testá-las. Trabalhos futuros podem investigar essas variáveis a fim de observar se a presença do pesquisador ou se seu fenótipo racial exerce influência sobre as respostas dos participantes (Miller & McDonald, 1999). Com relação ao recrutamento dos participantes, isto se deu por critério de conveniência, com uso de amostragem por bola de neve. Dado o caráter aversivo que ser nomeado racista possui (embora isto não iniba a produção e reprodução do racismo), pode-se conjecturar que os participantes que se sentiram mais seguros a não produzirem um viés racistas tenderam a participar do estudo.

Algumas observações podem ser feitas, ao comparar os resultados desse estudo com os de Power (2010) e Power et al. (2017). Com relação aos tipos de tentativas (com alvo positivo ou negativo), Power (2010) obteve D-scores maiores nos tipos de tentativa com alvos positivos (branco-positivo e negro-positivo) que nos tipos de tentativa com alvos negativo (branco-negativo e negro-negativo), sinalizando, aparentemente, que os participantes tiveram mais facilidade em confirmar afirmações positivas que confirmar as negativas. Power et al. (2017), no entanto, não constatou diferenças relevantes entre afirmações negativas e positivas. Os participantes obtiveram D-scores significativos tanto nas tentativas de afirmações positivas, quanto nas de afirmações negativas.

Neste estudo, os tipos de tentativas com alvos positivos, se comparados dentro do mesmo rótulo, pareceram ser levemente mais significativos que os tipos de tentativas com alvos negativos. Isto é, para o rótulo "branco", a tentativa "branco-positivo" foi sutilmente mais expressiva do que a tentativa "branco-negativo". O mesmo ocorreu para o rótulo "negro". No entanto, se feita a análise de modo geral envolvendo ambos os rótulos, é possível perceber que a tentativa do tipo "negro-negativa" foi expressivamente mais significativa que a tentativa "branco-positivo". Assim, diferente da Power (2010), confirmar frases positivas ou frases negativas não pareceu ser uma variável relevante para a resposta dos participantes deste estudo, assim como não foi para os participantes da pesquisa da Power et al. (2017).

Em suma, o presente estudo obteve vieses pró-negro com uma população de 11 participantes, sendo que as tentativas do tipo "branco" não produziram vieses significativos. Sugere-se que pesquisas futuras realizem estudos com amostras maiores, pois isto pode conferir maior confiabilidade e consistência aos dados obtidos, além da possibilidade de generalização dos resultados. Ademais, levando em consideração que o IRAP é uma medida de comportamento verbal, o instrumento não consegue abarcar outros aspectos relevantes da atividade policial, como a prática, por exemplo. Sugere-se, então que estudos futuros utilizem outros instrumentos de medida de comportamento

verbal (explícitos ou não), além de analisar relatos verbais dos participantes, como os relatórios de serviço.

Notas

[1] Decreto-lei n. 7.967/1945, do então presidente Getúlio Vargas, no qual se lê no Título I, Capítulo I, Art. 2º: "Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional."

[2] Como a Lei Afonso Arinos, n. 1.390 de 3 de julho de 1951.

[3] D-*score* ou D-IRAP score é a medida baseada nas diferenças das latências do participante, nos blocos consistentes e inconsistentes, que demonstra o seu desempenho. Quanto mais diferente esse D-score for de zero (tanto positiva quanto negativamente), mais significativo é o viés do participante.

[4] Método de validação que verifica se um instrumento é capaz de discriminar entre dois grupos que são previamente conhecidos por diferirem quanto à variável testada. Um instrumento com essa validade gerará dados mais altos para uma população onde já se sabe que há maior índice de determinado fenômeno que na população onde se sabe haver um índice menor.

[5] Para maiores detalhes sobre os estudos consultar Mizael e Almeida (2019).

[6] Busca realizada de Outubro de 2018 à Setembro de 2019. Foram pesquisados os termos "IRAP"; "Implicit Relational Assessment Procedure"; "RFT"; "Teoria dos quadros relacionais"; "preconceito"; "racismo" nas bases de dados "Sistemas de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (PUC-SP)"; "Biblioteca Digital USP"; "Revistas UNAM"

[7] A descrição de raça na Ficha Sociodemográfica ficou a critério do participante. Não houve opções de resposta pré-definidas pela pesquisadora. As raças declaradas como "humanas" foram consideradas neste estudo como "não declaradas".

[8] No teste t, valores de p maiores que 0,05 não diferem significativamente de zero, enquanto aqueles menores que 0,05 são considerados significativamente diferentes.

[9] Título da pesquisa: "Variáveis étnico-raciais: um estudo com policiais em um município do interior da Bahia".

[10] "Realizar uma análise de elementos étnicos-raciais com agentes da Segurança Pública no município de Feira de Santana, através de um instrumento psicométrico."

Referências

Almeida, M. S. (2014). Desumanização da população negra: Genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Revista Em Pauta*, *12*(34), 131–154. https://doi.org/https://doi.org/10.12957/rep.2014.15086

Andery, M. A. P. A., Micheletto, N., & Sério, T. M. D. A. P. (2005). A análise de fenômenos sociais: Esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontigências. *Revista Brasileira de Análise Do Comportamento*, *1*(2), 149–165. https://doi.org/10.18542/rebac.v1i2.2167

Andrade, D. N. (2011). A formação da fundada suspeita na atividade policial e os desafios da segurança pública no Estado Democrático de Direito. *Jus Navigandi*, *16*, 26–28. https://jus.com.br/artigos/18772

Barnes-Holmes, D., Murphy, A., Barnes-Holmes, Y., & Stewart, I. (2010). The Implicit Relational Assessment Procedure: Exploring the Impact of Private Versus Public Pro-White and Anti-Black Stereotyping Among White Irish Individuals. *The Psychological Record*, *60*, 57–66. https://doi.org/https://doi.org/10.1007/BF03395694

Barros, G. S. (2008). Filtragem racial: A cor na seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, *2*(3), 134–156. http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/31/29

Boavista, R. R. C. (2014). *Teoria das Molduras Relacionais (RFT): Uma revisão dos estudos empíricos* [Dissertação de mestrado não publicada]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16726/1/Rodrigo%20Rodrigues%20Costa%20Boavista.pdf

Castelli, M. Z. (2016). *Intervenções para redução de preconceito étnico: Efeitos sobre preconceito implícito e percepção de pares em escolares* [Dissertação de mes-

trado não publicada]. Universidade de São Paulo. https://doi.org/https://doi.org/10.11606/D.47.2016.tde-09112016-152823

Dawson, D. L., Barnes-Holmes, D., Gresswell, D. M., Hart, A. J. P., & Gore, N. J. (2009). Assessing the implicit beliefs of sexual offenders using the Implicit Relational Assessment Procedure: A first study. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *21*(1), 57–75. https://doi.org/10.1177/1079063208326928

de Rose, J. C. C., & Rabelo, L. Z. (2012). Teoria das molduras relacionais e possíveis aplicações à educação. *Revista de Deficiência Intelectual*, *3*, 10–15. http://inctece.com.br/images/artigo/Julio.pdf

Drake, C. E., Kellum, K. K., Wilson, K. G., Luoma, J. B., Weinstein, J. H., & Adams, C. H. (2010). Examining the implicit relational assessment procedure: Four preliminary studies. *Psychological Record*, *60*(1), 67–86. https://doi.org/10.1007/BF03395695

Duarte, R. O., & Roazzi, A. (2013). Do canônico e do hegemônico na apropriação do preconceito racial em crianças. *Revista Psicologia e Saúde*, *5*(2), 118–126. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2013000200007

Guerin, B. (1994). Attitudes and beliefs as verbal behavior. The Behavior Analyst, 17(1), 155-163. https://doi.org/10.1007/BF03392661

Guerin, B. (2009). Análise do Comportamento e a construção social do conhecimento. *Revista Brasileira de Análise Do Comportamento*, *5*(1), 117–137. https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v5i1.726

Guimarães, A. S. A. (1999). Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, *54*, 147–156. https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2018/11/GUIMARAES-Raça-e-os-estudos-de-relações-raciais-no-Brasil.pdf

Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2001). *Relational Frame Theory: A post-skinnerian account of human language and cognition*. Plenum Press.

Hussey, I., Barnes-Holmes, D., & Barnes-Holmes, Y. (2015). From Relational Frame Theory to implicit attitudes and back again: Clarifying the link between RFT and IRAP research. *Current Opinion in Psychology*, *2*, 11–15. https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2014.12.009

Hussey, I., Thompson, M., McEnteggart, C., Barnes-Holmes, D., & Barnes-Holmes, Y. (2015). Interpreting and inverting with less cursing: A guide to interpreting IRAP data. *Journal of Contextual Behavioral Science*, *4*(3), 157–162. https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2015.05.001

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020). Atlas da Violência. https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020

Jardim, P. H. (2018). *Análise do comportamento e o negro no Brasil: Avaliação de um procedimento de formação de classes equivalentes de estímulos relacionadas ao viés racial em adultos negros e brancos* [Dissertação de mestrado não publicada]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21579

Kalckmann, S., Santos, C. G. dos, Batista, L. E., & Cruz, V. M. da. (2007). Racismo institucional: Um desafio para a equidade no SUS? *Saúde e Sociedade*, *16*(2), 146–155. https://doi.org/10.1590/s0104-12902007000200014

López, L. C. (2012). O conceito de racismo institucional: Aplicações no campo da saúde. *Interface: Communication, Health, Education*, *16*(40), 121–134. https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000004

Martone, R. C., & Todorov, J. C. (2007). O desenvolvimento do conceito de metacontin-

gência. *Revista Brasileira de Análise Do Comportamento*, *3*(2), 181–190. https://doi.org/10.18542/rebac.v10i1.3949

Masiero, A. L. (2005). A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). *Estudos de Psicologia*, *10*(2), 199–206. https://doi.org/10.1590/s1413-294x2005000200006

Mckenna, I. M., Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., & Stewart, I. (2007). Testing the Fake-ability of the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP): The First Study. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, *7*(2), 253–268. https://www.redalyc.org/pdf/560/56070209.pdf

Mizael, T. M., de Almeida, J. H., Silveira, C. C & de Rose, J. C. (2016). Changing Racial Bias by Transfer of Functions in Equivalence Classes. *Psychological Record, 66,* 451–462. https://doi.org/10.1007/s40732-016-0185-0

Mizael, T. M., & de Almeida, J. (2019). Revisão de estudos do Implicit Relational Assessment Procedure sobre vieses raciais. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis Del Comportamiento*, *27*(04), 437–461. https://www.redalyc.org/jatsRepo/2745/274561551003/index.html

Mizael, T. M., & de Rose, J. C. C. (2017). Análise do Comportamento e preconceito racial: Possibilidades de interpretação e desafios. *Acta Comportamentalia*, *25*(3), 365–377. http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/61632/54291

Moore, C. (2007). *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.* Mazza Edições.

Nogueira, O. (1998). *Preconceito de marca: As relações raciais em Itapetininga*. Editora da Universidade de São Paulo.

Nogueira, O. (2006). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social: Revista de Sociologia Da USP.*, *19*(1), 287–308. https://doi.org/10.1590/s0103-20702007000100015

Oliveira, E. A., & Martins, H. T. (2013). Genocídio e vitimização do povo negro em Feira de Santana. *Revista Olhares Sociais*, *02*(02), 98–118. http://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/5-Genocidio-e-vitimizacao-do-povo-negro-em-Feira-de-Santana-revisado.pdf

Perez, W. F., Kovac, R., Linares, I. M. P., Barbosa, S. F. U., Gomes, C. T., Santos, G. A. R. & Almeida, J. H. (2017). Utilizando o AAQ-II e o IRAP para prever a ocorrência de esquiva experiencial. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *19*(3), 34–48. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i3.1052

Perez, W. F., Kovac, R., Nico, Y. C., Fidalgo, A. P., Caro, D., Linares, I. M. P., Boavista, R. R. C., Barbosa, S. F. U., Gomes, C. T., Santos, G. A. R., & Almeida, J. H. (2017). Utilizando o Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) para avaliar relações verbais implicadas na esquiva experiencial: Um estudo piloto. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *19*(3), 77–91. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i3.1056

Perez, W. F., Nico, Y. C., Kovac, R., Fidalgo, A. P., & Leonardi, J. L. (2013). Introdução à Teoria das Molduras Relacionais (Relational Frame Theory): Principais conceitos, achados experimentais e possibilidades de aplicação. *Revista Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, *04*(1), 32–50. https://doi.org/https://doi.org/10.18761/perspectivas.v4i1.105

Power, P. M. (2010). *Developing the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) as a Measure of Implicit Racial Bias* [Unpublished doctoral dissertation]. National University of Ireland Maynooth. http://mural.maynoothuniversity.ie/2520/1/Patricia_Power_PhD_Thesis.pdf

Power, P. M., Harte, C., Barnes-Holmes, D., & Barnes-Holmes, Y. (2017). Exploring Racial Bias in a European Country with a Recent History of Immigration of Black Africans. *Psychological Record*, *67*(3), 365–375. https://doi.org/10.1007/s40732-017-0223-6

Reis, D. B. (2002). A marca de Caim: As características que identificam o "suspeito", segundo relatos de policiais militares. *Caderno CRH*, *15*(36), 181–196. https://doi.org/http://dx.doi.org/1

Scholz, D. C. S., Silveira, M. I. C. M., & Silveira, P. R. (2014). As práticas racistas no espaço escolar: a influência na saúde mental das crianças negras. *Identidade*, *19*(2), 61–74. https://www.nupad.medicina.ufmg.br/arquivos/acervo-cehmob/artigos/As-praticas-racistas-no-espaco-escolar2014.pdf

Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. Matching to sample: An expansion of the testing paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *37*(1), 5–22. https://doi.org/https://doi.org/10.1901/jeab.1982.37-5

Skinner, B. F. (1981). Selection by Consequences. *Science*, *213*(4507), 501–504.

Souza, A. S. de. (2011). Racismo Institucional: Para compreender o conceito. *Revista Da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As*, *1*(3), 77–88. http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/275

Souza, J. L. C. de, & Reis, J. F. G. (2014). A discricionariedade policial e os estereótipos suspeitos. *Revista NUFEN*, *6*(1), 125–166. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v6n1/a07.pdf

Waiselfisz, J. J. (2011). *Mapa da violência 2011: Os jovens do Brasil*. http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Mapa da Violência 2011- Os jovens do Brasil.pdf

Waiselfisz, J. J. (2016). *Mapa da violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil*. http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf

Weatherly, J.N., Miller, K. & McDonald, T.W. (1999). Social Influence as Stimulus Control. *Behavior and Social Issues* 9, 25–45. https://doi.org/10.5210/bsi.v9i1.135

Zamora, M. H. R. N. (2012). Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal : Revista de Psicologia*, *24*(3), 563–578. https://doi.org/10.1590/s1984-02922012000300009

Zárate, M. A. (2009). Racism in the 21st Century. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination* (2nd ed., pp. 387–406). Psychology Press.

Apêndice A

Questionário de Conceituação

Marque com um 'X' a resposta que corresponde ao SIGNIFICADO CORRETO de cada palavra abaixo. Apenas uma das opções está correta:

INOFENSIVO

( ) Quem apresenta algum perigo
( ) Quem não representa nem causa nenhum mal
( ) Quem é agressivo

BONDOSO

( ) Quem pratica bondade e é pacifico
( ) Quem não é piedoso
( ) Quem planeja maldade

AGRESSIVO

( ) Quem ataca ou agride outros
( ) Quem é calmo
( ) Quem possui paciência e mansidão

SUSPEITO

( ) Quem provoca desconfiança e dúvida
( ) Quem é digno de confiança
( ) Quem é leal e verdadeiro

ESFORÇADO

( ) Quem trabalha com desleixo
( ) Quem dá o máximo de si no seu trabalho
( ) Quem cuida da saúde do seu corpo

DESONESTO

( ) Quem age com retidão
( ) Quem age com justiça
( ) Quem engana outras pessoas

CRUEL

( ) Quem tem prazer em fazer mal a outras pessoas e é sanguinário
( ) Quem age com compaixão
( ) Quem come alimento cru

CONFIÁVEL

( ) Quem é traiçoeiro e mentiroso
( ) Quem não representa nenhum tipo de ameaça ou perigo
( ) Quem é enganador

AMIGÁVEL

( ) Quem não é bom de se conviver
( ) Quem é perverso e causa confusões
( ) Quem é gentil e se importa com outras pessoas

MELIANTE

( ) Quem anda de acordo com a lei
( ) Quem pratica atos criminosos
( ) Quem trabalha decentemente

PREGUIÇOSO

( ) Quem não gosta de trabalhar e vive às custas de outras pessoas
( ) Quem executa um excelente trabalho
( ) Quem é infiel

HONESTO

( ) Quem age por meios duvidosos
( ) Quem age ou trabalha corretamente e é confiável
( ) Quem infringe a lei e a ordem

Apêndice B

GUIA DE ORIENTAÇÃO

Participante, este guia contém um roteiro de como proceder no Programa GO-IRAP, que será utilizado nesta etapa da pesquisa. O GO-IRAP é um programa de computador que irá registrar as respostas (verdadeiro ou falso) que você dará e o tempo que você levou para responder corretamente. Leia atentamente as instruções abaixo:

PASSO A PASSO

Como será a tarefa e o que você precisa fazer:

Assim que o programa for iniciado, será apresentado a você uma tela com as seguintes instruções:

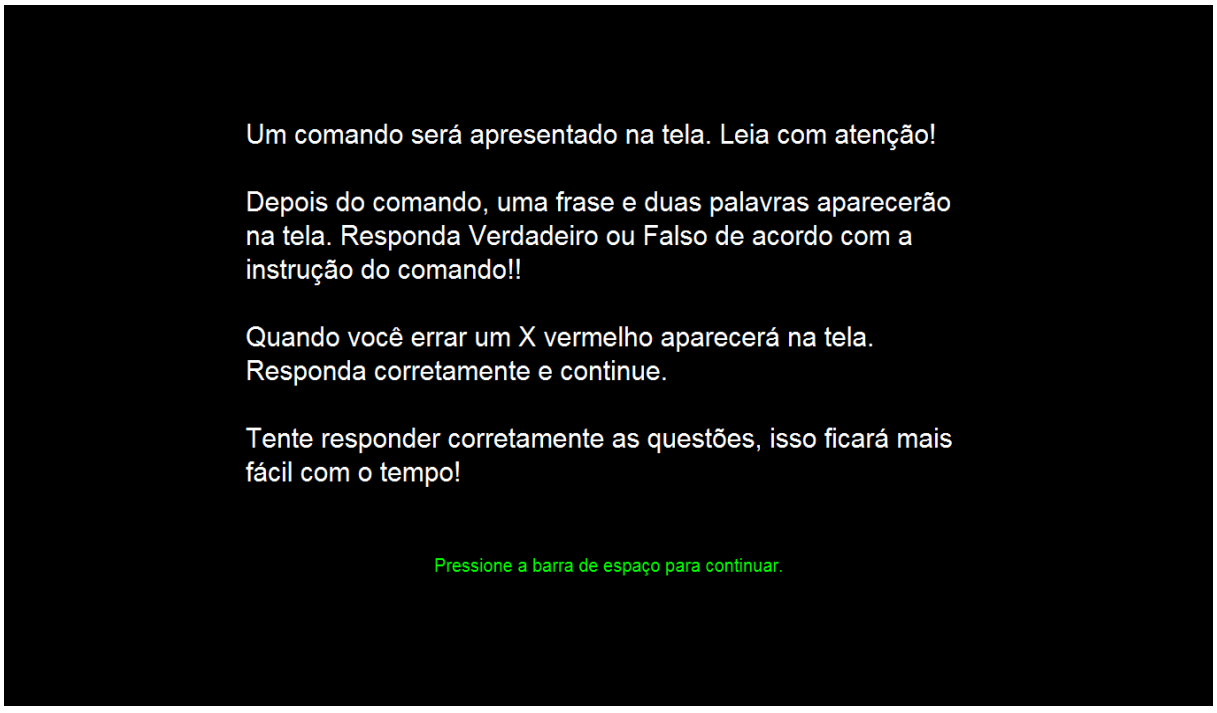

Figura 1. Tela de Instruções iniciais

Leia as instruções com atenção, somente então, aperte a barra de espaço. Uma tela com um comando aparecerá (figura 2), informando como você deve responder à tela seguinte.

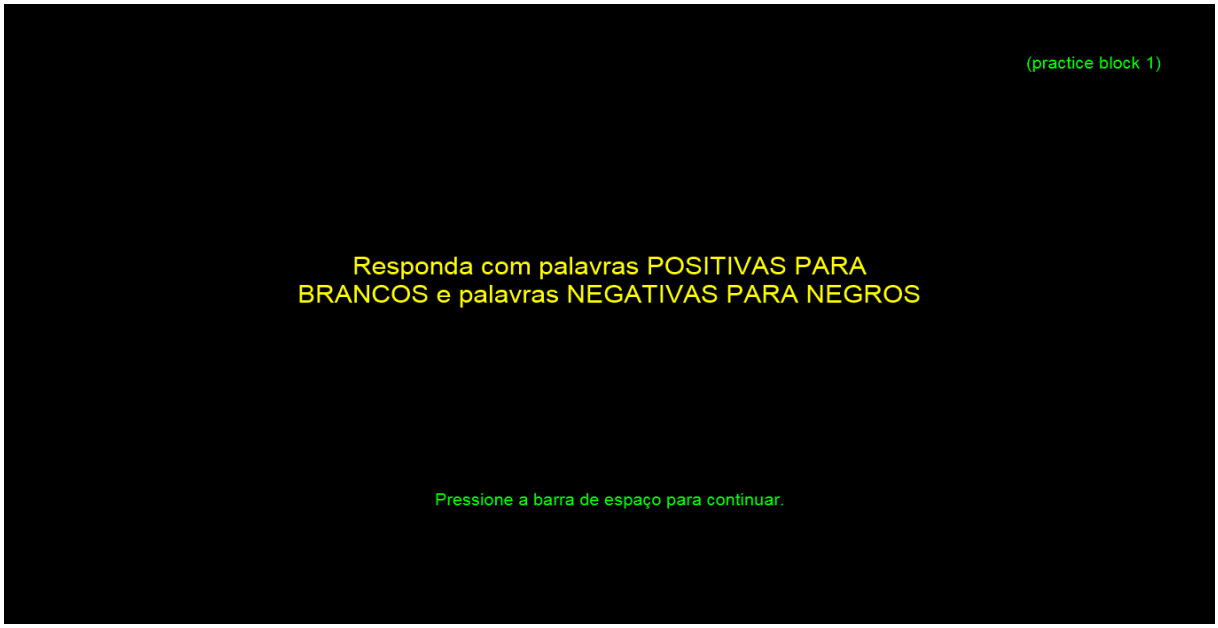

Figura 2. Tela de comando.

Certifique-se de que você compreendeu o comando e o memorizou. Isso é importante porque você deverá responder à tela seguinte de acordo com essa instrução. Após ler, aperte a barra de espaço. Uma outra tela aparecerá, contendo uma frase, uma palavra e duas opções de resposta (como mostra a figura 3). Lembre-se, você deve responder de acordo com o comando.

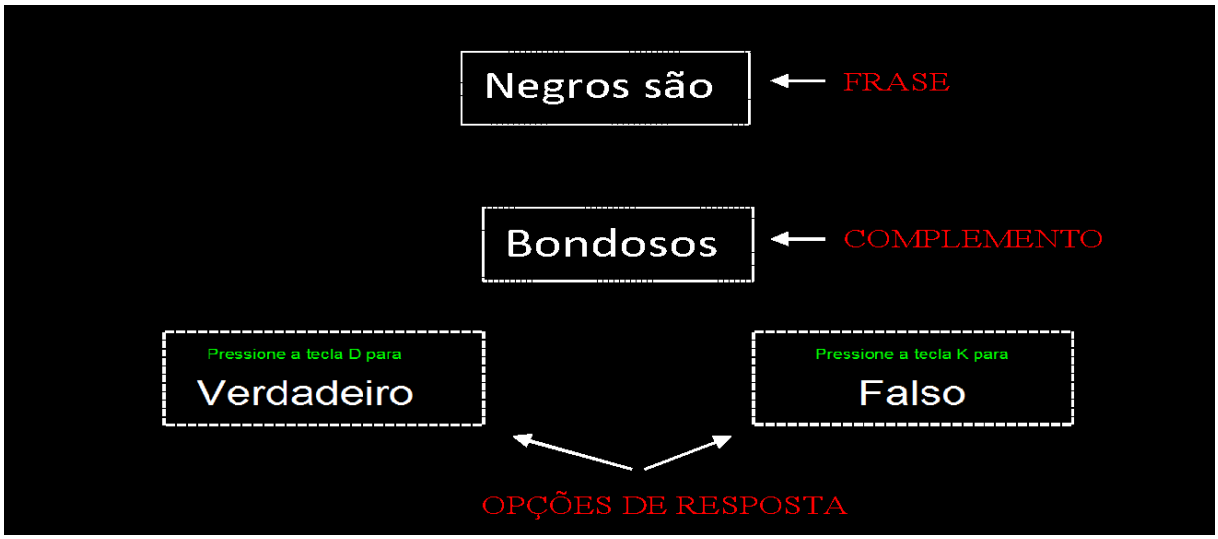

Figura 3. Essa tela apresenta a tarefa de forma explicativa. Ela não aparecerá assim. Para informações de como a tarefa aparecerá, consulte a figura 4.

Se você responder corretamente, automaticamente outro conjunto de frases e palavras serão apresentados. Caso você responda incorretamente, um "X" aparecerá na tela (figura 4). Responda corretamente para prosseguir.



Figura 4.

FIQUE ATENTO

Para cada conjunto de frase e palavra, você deverá responder de acordo com o comando inicial, apertando a tecla 'D' (para verdadeiro) e 'K' (para falso).

Quando esse bloco de tarefa terminar, seu desempenho aparecerá pra você, mostrando a porcentagem de acerto e o tempo que você levou para responder ao bloco. Observe o exemplo na figura abaixo

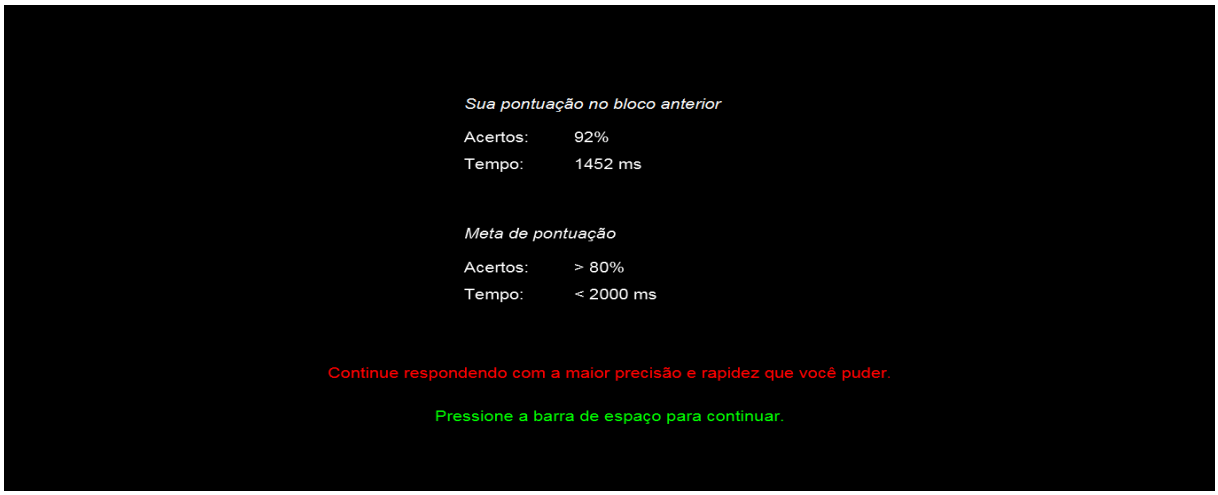

Figura 5.

IMPORTANTE:

Tente responder a tarefa o mais CORRETAMENTE possível e o MAIS RÁPIDO que você puder!

Outra tela aparecerá pra você contendo um comando diferente. Fique atento à nova instrução, memorize-a e responda de acordo com ela.

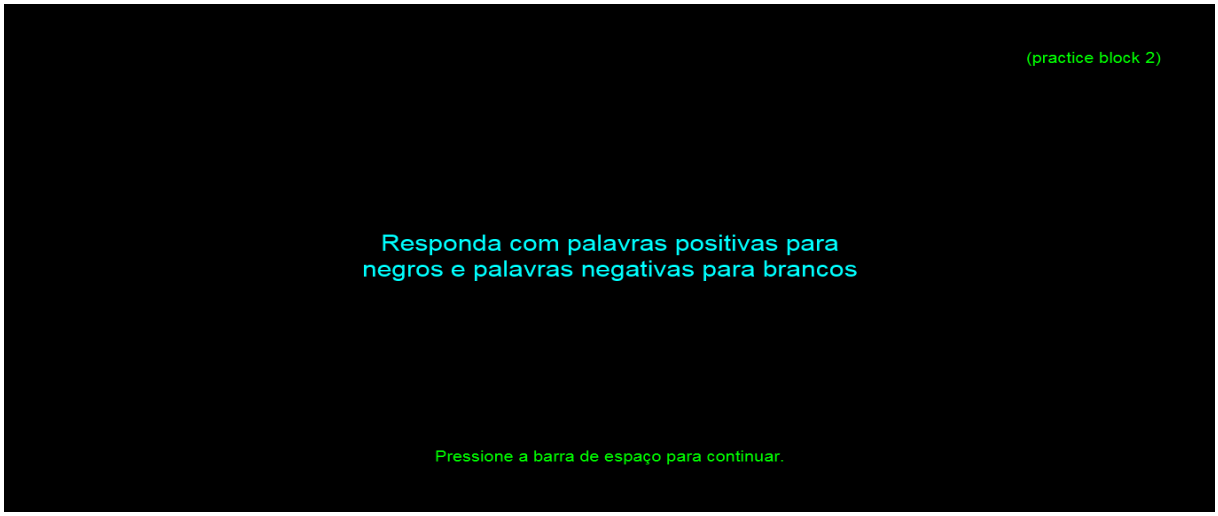

Figura 6.

Pressione a barra de espaço quando se sentir pronto para prosseguir. Novamente, conjuntos de frase e palavra aparecerão para você. Eles são iguais ao bloco anterior a diferença é que você precisa responder a ele de acordo com o novo comando.

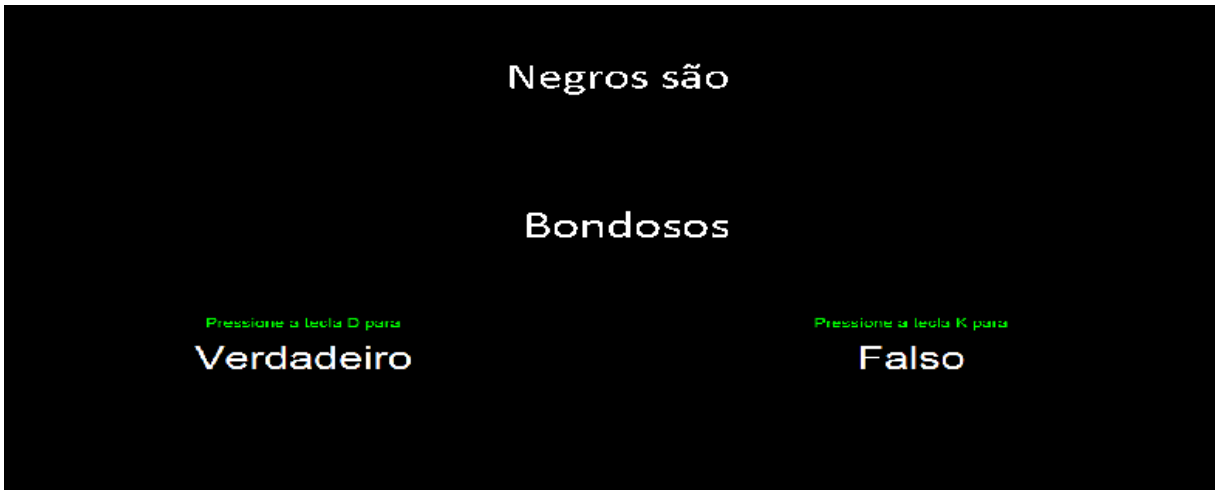

Figura 7.

Essas tarefas irão se repetir várias vezes, se mantenha calmo, preste atenção e prossiga. Quando o experimento acabar, o programa irá encerrar e avisá-lo de que o experimento terminou! Agora, é só chamar a pesquisadora!

Não se preocupe com a quantidade de informação, aos poucos
você irá aprendendo e se sairá cada vez melhor!

Agradecemos a participação!